

21 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Membros do TJ e do MP têm salários reajustados

Funcionários dos dois órgãos passaram a receber, no dia 1º de janeiro, entre R\$ 24,8 mil e R\$ 30,4 mil mensais, um acréscimo de 14,6%

Governo informou que ainda está estudando se tomará a mesma medida na administração estadual

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Após a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionar, no último dia 13, as leis que aumentaram em 14,6% os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República, de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil, o Tribunal de Justiça (TJ) e o Ministério Público (MP) do Paraná também correram para oficializar, na mesma proporção, os reajustes dos seus membros. A medida se deve ao chamado efeito cascata, que é o impacto dos acréscimos nas instâncias inferiores do Poder Judiciário e do MP.

Na edição de anteontem do Diário Oficial do Executivo, o procurador-geral de Justiça do Estado, Gilberto Giacoia, publicou a tabela atualizada de subsídios da entidade, com validade a partir de 1º de janeiro. Os no-

vos valores variam de R\$ 24,8 mil, no caso dos promotores substitutos, que até então recebiam R\$ 21,6 mil, a R\$ 30,5 mil, salário do próprio Giacoia, antes de R\$ 26,6 mil. O MP não soube informar qual será o impacto financeiro do reajuste.

Segundo o Portal da Transparência do órgão, em dezembro de 2014 havia 109 procuradores de Justiça (cujos vencimentos passaram a R\$ 30,5 mil), 394 promotores de entrância final (ganhando R\$ 28,9 mil), 88 de entrância intermediária (R\$ 27,5 mil), 84 de entrância inicial (R\$ 26,1 mil) e 47 substitutos (R\$ 24,8 mil). Assim, estima-se que os 721 membros do MP paranaense representem um gasto mensal com a folha de pouco mais de R\$ 20 milhões. Isso sem contar os benefícios, como as gratificações e os auxílios moradia, saúde e alimentação.

Na semana passada, o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, foi pelo mesmo caminho, ao publicar a resolução 127, igualmente definida com base no aumento dos subsídios dos ministros do STF. Em 2015, os 120 desembargadores do TJ receberão os mesmos R\$ 30,5 mil dos procuradores de Justiça. Os cerca de 680 juízes, por sua vez, ganharão de R\$ 24,8 mil, se forem substitutos, a R\$ 28,9 mil, em se tratando de entrância final. Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa do TJ não retornou às ligações para informar quanto o aumento custará ao órgão.

CONTINUA

21 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

EXECUTIVO, TC E AL

A tendência é de que, até o final do mês, os contracheques do governador Beto Richa (PSDB), da vice-governadora Cida Borghetti (Pros) e dos 23 secretários de Estado também sejam "encorpados". A reportagem entrou em contato com a Secretaria da Administração e Previdência (Seap), responsável pela gestão de pessoal no Executivo, que se limitou a enviar a seguinte nota: "Essa questão está sendo estudada pelo governo". Se os critérios utilizados forem os mesmos dos demais órgãos, contudo, o salário de Beto passará dos atuais R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil, impactando automaticamente nos demais.

Já a assessoria de imprensa do Tribunal de Contas (TC) do Estado confirmou que o presidente da Corte, Ivan Bonilha, pretende publicar em breve uma resolução oficializando os aumentos. A "caneçada" valerá para os sete conselheiros, o procurador-geral, os dez procuradores e os três auditores do TC, cujos vencimentos e, conseqüentemente, os reajustes, seguem a lógica de "paridade" com o MP e o TJ.

Outro aumento "pendente" é o dos 54 deputados estaduais, que requer a promulgação de um ato da Mesa Executiva, o que deve ocorrer até o dia 31 de janeiro, quando se encerra a gestão do presidente Valdir Rossoni (PSDB). Tanto a Constituição

Federal como a Estadual estabelecem que os vencimentos dos membros da Assembleia Legislativa (AL) sejam equivalentes a no máximo 75% do que recebem, em espécie, os parlamentares em Brasília.

Com o passar dos anos, porém, o teto acabou virando regra. Como no Congresso os vencimentos subiram de R\$ 26,7 mil para R\$ 33,7 mil, a expectativa é de que no Estado eles passem de R\$ 20 mil para R\$ 25,3 mil, o que significa um acréscimo de 26,36%.



Salário do procurador-geral de Justiça do Estado, Gilberto Giacoia, saltou de R\$ 26,6 mil para R\$ 30,5 mil mensais

21 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Preparativos

A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná confirmou ontem que a posse dos 54 deputados estaduais eleitos acontecerá no dia 1º de fevereiro, um domingo, a partir das 15 horas. Segundo a assessoria de imprensa da Casa, na mesma data já deve ocorrer a eleição da nova Mesa Executiva. Os parlamentares recém-empossados vão apresentar um requerimento solicitando a convocação de nova sessão preparatória, na sequência da primeira, com essa finalidade.

Voo solo

Depois de costurar alianças com os principais partidos, o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), caminha a passos largos para assumir o cargo. Seu principal concorrente, Ratinho Jr. (PSC), foi novamente nomeado para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu). O atual primeiro secretário, Plauto Miró (DEM), e os peemedebistas Artagão Júnior, Luiz Cláudio Romanelli e Alexandre Curi, que no início se dispuseram a concorrer, acabaram abrindo mão em favor do colega.

Ritual 1

A chegada do governador Beto Richa (PSDB) na solenidade está marcada para as 14h30. Ele será recepcionado pelo deputado Nelson Justus (DEM), e posteriormente conduzido, juntamente com outras autoridades, para o Salão Nobre. De acordo com o parágrafo 2º do art. 4º do regimento interno da AL, caberá ao último presidente, se reeleito, assumir a direção dos trabalhos. Como Valdir Rossoni (PSDB) migrará para a Câmara Federal, a tarefa será desempenhada pelo parlamentar mais idoso dentre aqueles com maior número de mandatos. Ou seja, Justus.

Ritual 2

Aberta a sessão, o presidente convocará dois deputados, de preferência de partidos diferentes, para servirem como secretários e proclamará os nomes dos integrantes do Parlamento estadual. Em seguida, designará uma comissão para acompanhar o governador e o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) até a Mesa de honra, suspendendo por alguns minutos a plenária. Ao reabrir os trabalhos, indicará a composição da Mesa, após o que será executado o Hino Nacional.

Ritual 3

Depois de proferir o compromisso, o presidente procederá a chamada nominal dos deputados, em ordem alfabética e com a identificação das respectivas siglas, para que façam o mesmo. Está prevista ainda a leitura do requerimento de antecipação da eleição da Mesa. Com a execução do Hino do Paraná, a sessão será encerrada e o presidente convocará os parlamentares para a sessão preparatória, que acontecerá em seguida, destinada à eleição dos componentes da Mesa.

21 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

CURITIBA DUPLAMENTE PRESENTE EM CONGRESSO JURÍDICO NA ESPANHA

O jurista curitibano Luiz Guilherme Marinoni ficou muito feliz ao ser convidado como conferencista para congresso jurídico que será realizado nesta segunda quinzena de janeiro, na cidade catalã de Girona (Espanha), em homenagem ao Prof. Michele Taruffo. Professor da Universidade de Pavia, Taruffo é o único processualista do mundo que participou do célebre Bielefelder Kreis, grupo de juristas dedicado ao estudo do ordenamento jurídico dos países ocidentais, em termos comparativos. Do Congresso, que tem o título de "Um jurista pluridisciplinar: em torno ao pensamento de Michele Taruffo", participarão grandes juristas de várias partes do mundo, todos ligados ao homenageado.

DUPLA RAZÃO

Outro motivo de satisfação para o professor Marinoni, foi saber que, entre os trabalhos que serão apresentados ao Congresso, foi selecionado o papel apresentado por Simone Trento, doutora em Direito, sua orientanda no Doutorado da UFPR. A única brasileira selecionada ao lado de estudiosos das melhores universidades da Europa e da América mostra o motivo pelo qual o Mestrado e o Doutorado em Direito da Universidade Federal do Paraná, não por



Luiz Guilherme Marinoni

acaso, sempre figuram como os melhores do Brasil nas avaliações oficiais.

QUEM É TARUFFO

O jurista em homenagem a quem se realizará o congresso de Girona, Michele Taruffo, nasceu em 1943 e formou-se em Direito em 1965 na Universidade de Pavia, onde. Desde 1976, é professor titular de Direito Processual Civil.

Em 1994-1996 foi professor visitante na Escola de Direito de Cornell, e em 2003 na Faculdade Hastings da Lei, da Universidade da Califórnia.

É membro das seguintes instituições: a Accademia dei Lincei, o Instituto Americano Lei, o Bielefelder Kreis, a Associação Internacional de Direito Processual,



Michele Taruffo

do Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Associação Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française, o Associação Italiana de Direito Comparado, da Associação Italiana de estudiosos do direito processual, e outras instituições italianas e internacionais.

Participa de conselhos científicos de várias revistas jurídicas e filosóficas, na Itália e no exterior.

É autor de 13 livros, e de várias dezenas de artigos sobre os temas de direito processual e da teoria do direito, publicados em jornais italianos e internacionais.

Juntamente com Geoffrey C. Hazard, ele é co-relator do projeto do American Law Institute sobre os Princípios e Regras de Processo Civil Transnacional.

21 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz destina recursos de penas alternativas a projetos para transformar presídio na Comarca de Itaqui

O dinheiro destinado à Justiça por pessoas condenadas a pagar prestações pecuniárias na Comarca de Itaqui (RS) vai financiar curso profissionalizante para detentos, a compra de um depósito para alimentos e um sistema de monitoramento eletrônico para o presídio da cidade. As chamadas prestações pecuniárias são uma forma de pena restritiva de direitos prevista no Código Penal desde 1998 como alternativa à prisão em determinadas situações. Dependendo dos antecedentes, culpabilidade, conduta social e personalidade da pessoa condenada, além das circunstâncias do crime praticado, o juiz pode sentenciar o réu a pagar determinado valor à Justiça no lugar de determinar a sua reclusão.

Segundo o juiz da 1ª Vara Judicial de Itaqui, Thiago Dias da Cunha, os projetos foram selecionados conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamentou o uso dos recursos arrecadados com as prestações pecuniárias na Resolução CNJ nº 154, de 2012. As iniciativas aprovadas em seleção pública conduzida pelo magistrado foram propostas pelo Conselho da Comunidade e pela Administração do Presídio de Itaqui. Conforme o texto da norma do CNJ, pode candidatar-se ao uso dos recursos arrecadados via prestações pecuniárias qualquer entidade pública ou privada com

“finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que esta atenda às áreas vitais de relevante cunho social”.

Uma artesã de Itaqui dará aulas práticas de artesanato e reaproveitamento de alimentos a detentos do presídio duas vezes por semana até o fim do primeiro semestre. As aulas de artesanato serão ministradas em sala de atividades da unidade; já as de reaproveitamento de alimentos ocorrerão na cozinha geral do presídio. Segundo a presidente do Conselho da Comunidade, Martiza Rossi, autora da proposta, o objetivo é incluir os presos no mercado de trabalho e gerar renda para eles.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ – JUIZADOS DOS AEROPORTOS REALIZAM QUASE 30 MIL ATENDIMENTOS EM 2014

Os juizados instalados pelos Tribunais de Justiça em dez dos principais aeroportos brasileiros realizaram ao longo do ano passado 29.482 atendimentos. O levantamento inclui apenas números dos juizados que funcionam em caráter permanente no Brasil (aerportos de Santos Dumont/RJ, Galeão/RJ, Congonhas/SP, Guarulhos/SP, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Confins/MG, Recife/PE, São Gonçalo do Amarante/RN e Salvador/BA).

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2007, busca a conciliação e a resolução de conflitos entre passageiros e companhias aéreas, a fim de evitar a abertura de novos processos judiciais. O atendimento é gratuito e tem como objetivo solucionar questões que envolvam valores até 20 salários mínimos, sem a necessidade de um advogado. Caso não haja conciliação entre o passageiro e a companhia aérea, o processo é encaminhado ao Juizado Especial Cível da comarca de residência do passageiro.

A iniciativa, criada pelo

TRT/PR – TRABALHADORA QUE TEVE CONTRATAÇÃO NEGADA DEPOIS DE PEDIR DEMISSÃO DO EMPREGO ANTERIOR DEVERÁ SER INDENIZADA

Uma vendedora da cidade de Londrina deverá receber R\$ 5 mil de indenização por danos morais por ter sido dispensada pela Macklife Confeccões Ltda depois de ter sido aprovada para preencher uma vaga de trabalho e formalizado o pedido de demissão do emprego anterior. Ela também receberá R\$ R\$1.660,95 a título de danos materiais. A decisão, da qual ainda cabe recurso, é dos desembargadores da Terceira Turma do TRT-PR.

confirmação de que seria contratada, a trabalhadora realizou exame admissional, abriu conta no banco indicado e apresentou os documentos solicitados, além de pedir sua dispensa ao antigo empregador. No entanto, a admissão foi negada poucos dias depois sob a justificativa de não haver na carteira de trabalho da funcionária a baixa referente ao emprego anterior. A vendedora retornou à empresa na semana seguinte, já com o registro da baixa na carteira, mas ainda assim teve sua contratação recusada.

Depois de se candidatar ao cargo e receber da empresa a

TRT/PR – OBJETO DE DEFESA E ACUSAÇÃO, REDES SOCIAIS FIGURAM EM AÇÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO

A disseminação do uso das redes sociais e sua presença intensa no cotidiano das pessoas se refletem, também, nas relações de trabalho – e, conseqüentemente, começam a aparecer com mais frequência nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho, se tornando objetos de defesa ou acusação nas ações enviadas à JT.

bastante útil numa ação trabalhista. “Diante do nosso sistema processual, fato é que as informações disponibilizadas pelos usuários nas redes têm ganhado espaço nos tribunais como meio de prova”, explica. O advogado afirma que, devido ao fácil acesso às ferramentas da rede, o descuido nas publicações “tem relação direta com a utilização por parte dos que se sentem ofendidos em seus direitos de acionar Judiciário”.

De acordo com o advogado trabalhista Felipe Serva, o perfil na rede social pode ser

21 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 – UNIÃO NÃO PODE EXIGIR DE SERVIDORES COMPENSAÇÃO DE HORAS NÃO TRABALHADAS NA COPA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, na última terça-feira (13/01), que a União não pode exigir compensação das horas não trabalhadas durante a Copa do Mundo 2014 pelos servidores do Ministério da Saúde no estado do Rio Grande do Sul.

O julgamento realizado pela Vice-Presidência do TRF4, analisando medida cautelar interposta Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Sindisprev/RS) contra decisão anterior do TRF4, que afirmava válida a cobrança de horas por parte da União. As-

sim, restaurou-se a decisão de primeira instância, proibindo o desconto de remuneração dos funcionários do Ministério da Saúde.

O vice-presidente do tribunal, desembargador federal Luiz Fernando Wowk Penteadó, relator da medida cautelar, embasa a decisão no artigo 56 da Lei Federal nº 12.663/12, que estabeleceu o funcionamento da Copa do Mundo. O item afirma que poderiam ser declarados pontos facultativos os dias de jogos – o que de fato ocorreu em Porto Alegre, por meio do Decreto 18.6650/2014, editado pela prefeitura municipal.

TRF1 – AUXÍLIO-RECLUSÃO É DEVIDO A FAMILIARES DE SEGURADOS COM RENDA MÁXIMA ESTIPULADA NA EMENDA CONSTITUCIONAL 20/98

A 2ª Turma do TRF/1, por unanimidade, deu provimento a apelação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra sentença que o condenou a pagar às impetrantes auxílio-reclusão. Em seu recurso, o INSS argumentou que a EC nº 20/98 restringe a concessão do benefício aos servidores e segurados de baixa renda, assim considerados aqueles que percebem, ao tempo da prisão, renda igual ou inferior a R\$ 360,00.

No entendimento do relator, desembargador Federal Cândido Moraes, “Não obstante a previsão do art. 229 da Lei n. 8.112/90 do auxílio-reclusão ser devido à família do servidor ativo, afastado por motivo

de prisão, no equivalente a dois terços da remuneração, indubitoso que o art. 13 da Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.98, ressalvou que o benefício será concedido apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 360,00”.

O magistrado apontou jurisprudência da 2ª Turma Suplementar deste Tribunal (AC 2002.41.00.001576-4/RO), no sentido de que, embora o benefício de auxílio-reclusão seja destinado aos familiares do servidor público/segurado atingido pela pena de prisão, a legislação se refere aos vencimentos do próprio servidor/segurado.

21 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CURITIBA

Sem água, funcionários do Fórum Criminal param

Funcionários do Fórum Criminal de Curitiba, no bairro Santa Cândida, pararam os trabalhos ontem à tarde por falta de água no prédio. Eles ficaram duas horas do lado fora e só voltaram depois que o abastecimento foi regularizado, por volta das 14 horas. Segundo o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR), as interrupções no recebimento de água além de outros problemas enfrentados pelos servidores do prédio não são novos. O prédio passa por situações como falta de energia elétrica, problemas nas instalações de ar-condicionado e até mesmo infestação de ratos. De acordo com o sindicato, o prédio onde fica o Fórum Criminal é alugado e não seria adequado para o serviço. Os funcionários aguardam a remoção do fórum para um novo prédio, conforme teria sido prometido pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A mudança, entretanto, não teria data para ocorrer. Procurada, a assessoria de imprensa do TJ-PR não comentou o assunto até o fechamento desta edição.

GAZETA DO POVO

» LONDRINA

Defensoria tem falta de pessoal e contas a pagar

21 JAN 2015

LONDRINA

Fábio Calsavara, do JI

¶ Cerca de um ano depois de ter entrado em funcionamento, a unidade da Defensoria Pública Estadual em Londrina está prestes a suspender o atendimento à população. Mudanças na remuneração dos técnicos, analistas e defensores colaboraram para o encolhimento da equipe. Há um ano, eram cinco defensores públicos; hoje, há apenas dois. Para piorar a situação, o aluguel da sede em Londrina está com parcelas em atraso e o nome da Defensoria já foi parar nos serviços de proteção ao crédito por falta de pagamento nas contas de energia elétrica.

As alterações nos salários foram sentidas em maior grau pelos servidores. Os técnicos, que recebiam cerca de R\$ 2 mil para uma jornada de oito horas, passaram a receber R\$ 1 mil.

Entre os defensores, que receberam um reajuste nos ganhos de 87% em menos de um ano, os salários também caíram pela metade.

Em dezembro de 2013, a remuneração recebida era de R\$ 10.684,38. E, em setembro do ano passado, chegou a R\$ 19.997,58.

Uma lei complementar, promulgada pelo governo do estado no fim de 2014, cortou os benefícios salariais e impôs limites à autonomia financeira da Defensoria. Para o orçamento de 2015, também estava programado um remanejamento de R\$ 90 milhões dos R\$ 140 milhões previs-

tos inicialmente para o órgão. O Supremo Tribunal Federal (STF), porém, concedeu uma liminar que proíbe o governo de remanejar o valor.

21 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Mais um aumento

Seguindo o Judiciário, o Ministério Público do Paraná também atualizou a tabela de vencimentos de seus funcionários. Trata-se do famoso efeito-cascata causado pelo reajuste dos salários do Supremo Tribunal Federal. Publicada no Diário Oficial de ontem, a nova tabela prevê que o procurador-geral de Justiça, que hoje é Gilberto Giacoia, receberá R\$ 30,4 mil mensais. O cargo mais baixo dentre os promotores terá salário mensal de R\$ 24,8 mil. Os novos valores já valem a partir deste mês.

21 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Presos reivindicam pudim de chocolate em Imituva

Terminou apenas ontem à tarde um motim de presos que durou quase 20 horas na delegacia de Imituva, nos Campos Gerais. Eram 55 presos amotinados desde segunda-feira na unidade superlotada. Eles ocupavam um espaço na delegacia planejado apenas para oito pessoas. De acordo com o presidente da OAB de Prudentópolis, Fernando Deneka, que acompanhou o motim, os presos reclamaram de comida e da água servida. Na lista de reivindicações estavam: salsicha, pudim de chocolate e refrigerantes de determinadas marcas. Mas essas reivindicações não convenceram nem o delegado da cidade nem Deneka. Segundo o advogado, a suspeita da polícia é de que a ação dos presos foi uma retaliação ao rigor estabelecido pelo delegado local. "Nas últimas semanas, foram realizadas ações de revista, onde apreenderam droga. A gente acredita que, pelo rigor, os presos se rebelaram", explicou Deneka. Ele ainda informou que a cadeia está interdita para receber novos presos desde novembro.

21 JAN 2015

GAZETA DO POVO

PGR começa a investigação de políticos

¶ A Procuradoria-Geral da República (PGR) criou uma força-tarefa para analisar o envolvimento de políticos com as irregularidades investigadas pela Operação Lava Jato.

Segundo nota da PGR, a força-tarefa será composta por oito integrantes do Ministério Público Federal (MPF) e atuará somente na parte do processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) — justamente a que inclui políticos com mandato e que, portanto, possuem prerrogativa de foro privilegiado.

O grupo trabalhará em cooperação com a força-tarefa do MPF do Paraná, que tem atuado no caso de acusados sem foro privilegiado.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vai conduzir a investigação e só apresentará denúncias contra políticos a partir de fevereiro.

Petrobras tentou impedir TCU de enviar documentos à Lava Jato

¶ A Petrobras tentou impedir o Tribunal de Contas da União (TCU) de enviar informações de um de seus projetos, suspeito de irregularidades, à força-tarefa da Operação Lava Jato. A estatal recorreu contra despacho do ministro André Luís de Carvalho, que determinou a remessa, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal no Paraná, de processo que apura superfaturamento na construção da rede de gasodutos Gasene. O julgamento do pedido está previsto para hoje, em sessão sigilosa. A decisão de enviar os dados foi tomada no início de dezembro, como medida urgente. Na ocasião, o ministro, pediu autorização do plenário para o encaminhamento de todas as peças que integram a auditoria, em curso desde 2008 no tribunal, aos dois órgãos de investigação. A estatal apresentou recurso em 2 de janeiro, pedindo que o TCU anule o despacho ou, alternativamente, suste todas as determinações dele que ainda não foram cumpridas.

21 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Programa Justiça no Bairro chega a sua 10ª edição

Neste ano, o Programa Justiça no Bairro, Sesc Cidadão e Feira Municipal de Serviços chegam a sua 10ª edição em Pinhais. O evento, já tradicional nas comemorações de aniversário, será promovido no dia 14 de março na Escola Municipal Frei Egídio Carlotto, localizada no bairro Atuba.

No ano passado, o programa efetuou um número estimado em 20 mil atendimentos. A ação visa solucionar, de forma rápida e totalmente sem custo, pendências judiciais, especialmente na área de família. São questões como definição de pensão alimentícia, guarda de filhos, divórcio, oficialização de união estável, alteração de regime de casamento, reconhecimento de paternidade, adoção, interdições judiciais. Junto com o Sesc Cidadão e a Feira Municipal de Serviços, a iniciativa vai oferecer diversos serviços gratuitos à comunidade, como a confecção de documentos, orientações nas áreas da saúde, assistência social e outros. ■

21 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Janot cria força-tarefa para investigar políticos

Citados na operação Lava Jato vão responder no STF



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, determinou a criação de uma força-tarefa com oito procuradores do Ministério Público Federal para comandar apurações sobre o envolvimento de políticos no esquema de corrupção e desvios em contratos da Petrobras. A portaria assinada por Janot já está em vigor.

O grupo ficará responsável por analisar o material da investigação de inquéritos e denúncias feitos pela Procuradoria-Geral da República ao relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ministro Teori Zavascki. Caberá à força-tarefa sugerir ao procurador-geral providências sobre políticos citados em delações premiadas na operação Lava Jato. Eles aparecem, por exemplo, nos depoimentos do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que cumpre prisão domiciliar no Rio. ■

21 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Prestadora da Petrobras entra em recuperação judicial

Alumini, que atua no Comperj, é a primeira empresa citada na Lava Jato a pedir proteção contra falência

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo autorizou o processo de recuperação judicial da Alumini Engenharia, empresa que presta serviço à Petrobras na obra do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

A Alumini é a primeira empresa citada na Operação Lava Jato a entrar em recuperação. Em razão das investigações, a Petrobras suspendeu todos os pagamentos às empreiteiras citadas.

A recuperação judicial é um acordo que empresas fazem com seus credores quando não têm mais capacidade de pagar suas dívidas. O arranjo, que visa evitar a falência, é feito para que a companhia possa superar sua crise.

No despacho do juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, desta terça (20), ficou estabelecido que a consultoria Deloitte responderá como administradora judicial no processo.

Na semana passada, trabalhadores da Alumini participaram do protesto contra demissões e atrasos de salários de fornecedoras da Petrobras.

Eles bloquearam os acessos às obras do Comperj, refinaria da estatal em construção no município de Itaboraí, região metropolitana do Rio.

Desde novembro, a Alumini já demitiu 500 funcionários da obra do Comperj, que não receberam todos os seus encargos trabalhistas.

Na semana passada, após a decisão de entrar com pedido de recuperação judicial, a empresa argumentou que a medida visa "assegurar os empregos de seus mais de 6.000 funcionários e a manutenção de suas atividades".

A Alumini informou na que teria a receber R\$ 1,2 bilhão da Petrobras. A estatal contesta o valor.

21 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

O avesso da república

O recorde dificilmente será tirado de Suely Campos (PP), governadora de Roraima. Eleita no ano passado, ela nomeou 19 parentes para postos de destaque no Estado, segundo o Ministério Público.

Campos, como infelizmente seria de imaginar, não foi a única personagem da política brasileira a insistir nessa lamentável confusão entre o público e o privado.

O leitor desta **Folha** tem percebido que sobram notícias de governadores e prefeitos que tratam o Executivo como se fosse uma empresa particular, com a qual podem fazer favores a familiares e amigos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, talvez se sentindo em dívida com Sérgio Cabral (PMDB), seu padrinho político e antecessor no cargo, o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) entregou a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude aos cuidados de Marco Antônio Cabral.

Com 23 anos e tendo sido eleito deputado federal pelo PMDB-RJ, o filho do ex-governador fluminense terá pela frente nada menos que a Olimpíada de 2016. Estará qualificado para o desafio? Sua pouca idade sugere rala experiência, embora registre no currículo passagem pela Casa Civil carioca, sob os auspícios de Eduardo Paes (PMDB).

O prefeito do Rio, aliás, parece sempre disposto a agradar o governador do Estado. Se de 2011 a

2012 abrigou o filho de Sérgio Cabral, agora abriu espaço para o enteado de Pezão. Também filiado ao PMDB, o advogado Roberto Horta Jardim Salles, 33, assumirá uma subprefeitura recém-criada.

Situações semelhantes repetem-se Brasil afora. No Paraná, governado por Beto Richa (PSDB), a companhia de energia tem como superintendente um filho do ex-governador Orlando Pessuti (PMDB); na companhia de saneamento, uma diretoria está nas mãos de Antonio Carlos Salles Belinati, que substituiu a mãe no posto e cujo pai foi prefeito de Londrina pelo PP.

Na Bahia, o governador Rui Costa (PT) se valeu do segundo escalão para fazer média com aliados e até seduzir rivais. Ao todo, quatro filhos de políticos locais têm uma boquinha em sua gestão.

Todos esses são apenas exemplos de uma prática disseminada em todo o país, que inclui o uso da máquina pública para consolar políticos malsucedidos nas urnas ou empregar pessoas indicadas pelos mais diversos correligionários — para nada dizer das negociações espúrias que envolvem a troca de cargos por apoio político.

Nessas relações de compadrio, uma mão lava a outra — e quem se suja é o cidadão, que não paga seus impostos para sustentar apauzados de quem quer que seja.

21 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ex-governador recebe R\$ 152 mil em um mês

Novo governo de MT investigará supersalário; Silval Barbosa diz que pagamento é legal

HELSON FRANÇA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CUIABÁ

No último mês como governador de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa (PMDB) recebeu R\$ 152.259,93, quase dez vezes mais do que seu salário normal, de R\$ 16,9 mil.

Também em dezembro, outros três ex-secretários receberam bem acima de seus vencimentos. Os dados constam no Portal da Transparência do governo do Estado. A página não revela detalhes sobre o motivo dos pagamentos, apenas mostra a quantia bruta e mais os descontos.

O ex-governador teve descontados R\$ 3.693,43, referente ao Imposto de Renda e R\$ 482,92, de contribuição para a Previdência Social.

O atual governador, Pedro Taques (PDT), disse não saber a razão dos vencimentos e determinou que o assunto seja apurado. A Secretaria de Gestão analisa os pagamentos.

Silval, que estava em viagem pelo exterior, afirma que o supersalário refere-se a direitos trabalhistas não gozados durante seu mandato como governador.

“São valores de férias, décimo terceiro e outros benefícios que todo mundo tem direito que, somados, chegam a essa quantia. Está tudo dentro da legalidade”, ressaltou.

Silval assumiu o governo de Mato Grosso em março de 2010, após Blairo Maggi (PR) renunciar ao comando do Executivo para disputar a eleição para o Senado. Era o vice-governador na época e foi eleito no primeiro turno.

Denunciado recentemente pelo Ministério Público Estadual sob suspeita de desvio de recursos públicos, ele disse que ainda não foi notificado, mas garantiu estar tranquilo. A Justiça já determinou o bloqueio de seus bens, no valor de R\$ 12 milhões.

“Não cometi irregularidade alguma”, enfatizou.

EX-SECRETÁRIOS

Conforme o Portal da Transparência, o ex-secretário chefe da Casa Civil Pedro Nadaf (PMDB) recebeu em dezembro de 2014 um salário de R\$ 62 mil, bem acima dos habituais R\$ 16,9 mil —o valor anteriormente pago aos secretários de Estado.

Nadaf, que preside a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso, evitou falar sobre o assunto. A assessoria da Fecomércio diz que ele não poderia falar sobre o caso, já que estava indo para o Rio.

Os ex-secretários Jorge Lafetá (Saúde) e Cinésio Oliveira (Transporte e Pavimentação Urbana) receberam, cada um, R\$ 39.474,80. Eles não foram localizados. Desde janeiro deste ano a remuneração do governador é de R\$ 20.278, e a dos secretários, R\$ 18 mil.

21 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

MÔNICA BERGAMO

NA JUSTIÇA

O ex-presidente Lula ingressou nesta segunda (19) com interpelação judicial contra o jornalista Leandro Mazzini que publicou em sua coluna "Esplanada", reproduzida em jornais e no UOL (empresa do Grupo Folha), a informação de que ele teria feito um tratamento sigiloso no Hospital Sírio-Libanês para tratar um câncer no pâncreas no início de 2014.

NA JUSTIÇA 2

Na medida protocolada no Fórum Criminal de SP, os advogados de Lula declaram que "o jornalista faltou com a verdade", negam o diagnóstico e pedem esclarecimento sobre dados como o uso de um medicamento, o Bevacizumab. "O remédio não é usado ou recomendado pela literatura médica para tratamento de câncer." A interpelação é medida preparatória para eventual ação penal.

NA JUSTIÇA 3

Responsável pelo conteúdo editorial da coluna, Mazzini sustenta as informações, apesar dos desmentidos de Lula e do hospital. "Confio nas minhas fontes, e todos foram procurados antes da publicação e preferiram não falar", afirma o jornalista. Quanto à interpelação, ele só se manifestará após ser notificado oficialmente.

Liberdade de expressão

Sobre o artigo de Luiz Carlos Barreto ("Não sou Charlie nem Chérif nem Said", Tendências/ Debates, 20/1), quer dizer então que, após os assassinatos dos cartunistas e dos policiais, "nós, ocidentais", precisamos fazer uma "revisão dos nossos conceitos e do nosso modo de relacionamento com os povos da banda oriental do planeta"? Creio que o cineasta se esqueceu de que, graças a esses valores que, no seu modo de entender, merecem revisão, ele pôde livremente levar à reflexão, por meio do cinema, aquilo em que acreditava.

RODRIGO CÉSAR COCCARO,
promotor de Justiça (São Paulo, SP)

Excelente o editorial "César, o papa e o califa" ("Opinião", 20/1). Lastimável que São Paulo tenha um secretário da Justiça tão estúpido, para dizer o menos.

ERASMO VALLADÃO FRANÇA, professor associado da Faculdade de Direito da USP (São Paulo, SP)

A opinião desse sr. Aloisio de Toledo César merece até um editorial? A mídia insiste em publicar só a opinião de quem defende a liberdade de expressão sem nenhum respeito a quem quer que seja. Esse assunto ultrapolêmico precisa ouvir outras maneiras de pensar. Provocações são bem-vindas, pois geram discussões que abrem novos caminhos e trazem novas ideias. Será que, se provocado até onde quero, essa provocação não chegará a loucos violentos com suas reações próprias? Quem está acostumado a acompanhar a mídia também conhece seus exageros. Será que bom senso é caretice?

CRISTINA REGGIANI (Santana do Parnaíba, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Templo pode custar R\$ 96 mi à Igreja Universal

21 JAN 2015

Acordo visa evitar ação para demolir a obra

A Igreja Universal poderá pagar até R\$ 96 milhões ao município de São Paulo como contrapartida pela construção irregular de seu templo na região do Brás, batizado de Templo de Salomão.

Essa é uma das possibilidades apresentadas pelo Ministério Público à igreja para que um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) seja firmado. Com um acordo assinado, a Promotoria desistiria de propor uma ação solicitando que a Justiça determine a demolição do templo.

Outra opção apresentada à igreja é a doação de um terreno que comporte 60 mil m² de construção para moradia popular. A terceira possibilidade seria um misto: parte em dinheiro, parte em imóvel. A obra, segundo a igreja, custou R\$ 680 milhões.

Conforme a Folha revelou, a Universal usou informações falsas para aprovar as obras do templo: a igreja apresentou, em 2006, um pedido de reforma de prédio que havia sido demolido ao menos dois anos antes. A aprovação teve a participação de Hussain Aref Saab, suspeito de comandar esquema de corrupção na aprovação de obras na gestão Gilberto Kassab (PSD).

O templo vem funcionando com uma licença provisória. A autorização foi renovada pela gestão Fernando Haddad (PT), com o aval do Ministério Público Estadual.

21 JAN 2015

BEMPARANÁ

Pinhais

Justiça no Bairro

Neste ano, o Programa Justiça no Bairro, Sesc Cidadão e Feira Municipal de Serviços chegam a sua 10ª edição em Pinhais. O evento, já tradicional nas comemorações de aniversário, será promovido no dia 14 de março na Escola Municipal Frei Egídio Carlotto, localizada no bairro Atuba.

21 JAN 2015

PAINEL

BEMPARANÁ

Uniforme

Se o empregado é obrigado a usar uniforme, a empresa deve arcar com os custos de lavagem. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

Estabilidade

Empregado em regime de CLT contratado por concurso público depois da Emenda Constitucional 19/98 não tem direito à estabilidade depois de três no cargo. O entendimento é da 1ª Turma do TST.

Estágio

Para fazer estágio não obrigatório o aluno deve cumprir as exigências estabelecidas pela universidade onde está matriculado. O entendimento é do desembargador federal Carlos Muta, da 3ª Turma do TRF da 3ª Região.

Agressão

A 10ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo condenou por danos morais um clube e um torcedor pela agressão a um árbitro durante uma partida de futebol amador. Para os julgadores, o clube que organiza evento esportivo em sua sede tem o dever de garantir a integridade física dos participantes.

Paternidade

Ainda que o exame de DNA dê negativo, é possível manter a paternidade caso haja vínculo socioafetivo entre pai e filho. O entendimento é da 4ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

Provas

O estado não é obrigado a indenizar suspeito que foi preso e posteriormente absolvido por falta de provas. Caso contrário, a função repressora do Estado ficaria prejudicada. O entendimento é do desembargador Fausto Moreira Diniz, do TJ de Goiás.

Insalubre

Vibrações mecânicas excessivas de ônibus geram direito ao recebimento do adicional de insalubridade pelo cobrador. O entendimento é da 1ª Turma do TST.

Anterioridade

Norma que revoga de benefício fiscal equivale a aumento indireto de imposto. Assim, ela deve respeitar o princípio da anterioridade tributária e só pode ter efeito no ano seguinte à sua edição. O entendimento é da 1ª Turma do STF.

Direito gamular

Súmula nº 455 do TST- À sociedade de economia mista não se aplica a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, ao admitir empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.

21 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TCU discute ampliação de benefícios de conselheiros

Decisão pode ocorrer hoje e orientação é de que o órgão decida conceder auxílio-moradia a seus integrantes e a de todos os outros tribunais de contas

Fábio Brandt

Fábio Fabrini / BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) pode tomar hoje decisão que vai orientar o pagamento do auxílio-moradia para seus integrantes e de todos os tribunais de contas estaduais, municipais e do Distrito Federal, mesmo para aqueles que possuem imóvel próprio.

A corte deve discutir se adota ou não as mesmas regras usadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, que generalizaram o pagamento do benefício - fixado em R\$ 4,3 mil - para todos seus integrantes.

O relator do caso, ministro Raimundo Carreiro, afirmou à reportagem que vai sugerir aos colegas que aceitem as regras das outras instituições. Segundo ele, é preciso aplicar a simetria estabelecida pela Constituição entre o TCU e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão que já adota o pagamento generalizado.

Carreiro planeja apresentar seu relatório sobre o assunto na sessão de hoje. Após sua intervenção, devem votar os outros ministros presentes - a corte é formada por nove ministros, mas nem sempre o quórum é completo. Se o tema não sair da pauta e se ninguém pedir mais tempo para refletir, a decisão será tomada hoje mesmo.

O que o TCU está analisando é a solicitação da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil para que a corte reconheça o direito de seus integrantes de receberem o auxílio. A mesma solicitação foi enviada pela associação a todos os outros tribunais de contas do País. A decisão do TCU deve servir de orientação para as demais cortes.

O número de conselheiros dos tribunais de contas estaduais é fixado em sete pela Constituição. A composição dos seis tribunais ligados aos municípios é variável.

Proprietários. Na edição de domingo, o Estado mostrou que cinco ministros do STJ recebem o auxílio-moradia mesmo sendo proprietários de imóveis nos bairros mais caros de Brasília, cidade em que trabalham. O tribunal é composto por 33 ministros, mas atualmente quatro cadeiras estão vazias.

Cinco dos 26 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e quatro dos 11 integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal também são donos de imóveis nas áreas nobres da capital federal e, mesmo assim, recebem o benefício.

No TCU, atualmente, nenhum ministro recebe o auxílio. Três deles moram em imóveis funcionais (Ana Arraes, José Múcio e Aroldo Cedraz), conforme informações da assessoria do tribunal de contas.